

## **As elites da Ribeira Grande (séculos XVI-XVIII)**

(Inquietações de um doutoramento)

Iva Cabral

Sujeito da história, as elites são uma fracção da população onde se concentram poder, autoridade e influência. Elas evoluem, tal como a classe camponesa ou a classe operária, segundo os ritmos da sociedade onde se inserem, mas deixam infalivelmente nela a sua marca e a sua ideologia. Independentemente da sua natureza (baseada no sangue, no dinheiro ou no saber) as elites, colhem a sua inspiração e a sua substância do povo. E por isso todos os conflitos que atravessam a sociedade se repercutem nelas e as afectam.<sup>1</sup>

Utilizando este conceito de elite proponho-me neste artigo reflectir e descrever sucintamente as elites que dirigiram os destinos da Cidade Velha/Ribeira Grande durante os séculos XVI, XVII e XVIII e que, conseqüentemente foram também as que detiveram o poder local preponderante em Santiago e em todo o arquipélago.

A Ribeira Grande, pequena urbe, entalada entre montanhas, teve um papel primordial na História da nossa terra: foi o ponto de chegada onde desembarcaram os primeiros colonos europeus e africanos (estes últimos trazidos à força como escravos) e o ponto de partida para as interpenetrações étnico-culturais das quais viria a emergir o homem cabo-verdiano.

---

1 Guy Chaussinand Nogaret (direcção de), *Histoire des Elites em France du XVIe au XXe Siècle – L'honneur – Le Mérite – L'Argent*, Éditions Tallandier, Paris, 1991, pp. 11 a 13.

Foi nesse pequeno lugar, que todo esse processo se iniciou: nas suas casas, térreas ou de sobrado, nasceram e viveram os primeiros filhos de Cabo Verde; nas suas igrejas se baptizaram, nas suas ruas andaram, fizeram procissões, festejaram e as vezes se “levantaram” contra os desmandos da administração colonial.

Foi no pelourinho, que ainda se mantêm de pé, que foram acorrentados e açoitados os escravos; foi na sua Câmara, que os primeiros oficiais do poder local cabo-verdiano exerceram as suas funções, como representantes das elites cabo-verdianas, que tiveram a Ribeira Grande como sede de seu poder social e económico.

A meu ver, através do estudo da evolução dessas elites pode-se descortinar vários aspectos daquilo que hoje somos, enquanto nação, mas principalmente apreender as virtudes e os defeitos que enformam a sociedade cabo-verdiana.

O poder local na Ribeira Grande foi ocupado durante os séculos XVI, XVII e XVIII por três elites diferentes na sua composição social, económica e racial.

A primeira elite (século XVI) - reinol, nobre, urbana, cosmopolita, armadora, proprietária rural - era uma ramificação da elite reinol, que se aventurara e se instalara no arquipélago, recém descoberto, para comerciar, em segurança, com o continente fronteiro. Foi ela, que construiu a Ribeira Grande, primeira cidade lusa dos trópicos e que a tornou, em uma das escalas mais procuradas no Atlântico nesse período.

A sociedade cabo-verdiana, dessa época, pode ser caracterizada principalmente pela predominância de duas camadas principais: os reinóis (armadores, mercadores, oficiais régios) e os escravos. Na pirâmide social santiaguense, do século XVI, a camada intermédia encontra-se ainda mal estruturada e, por isso, não detêm um papel determinante na sociedade: os homens livres pretos são pouco numerosos e os homens brancos pobres ou fazem parte da clientela dos armadores ou integram a população flutuante: artesãos, marinheiros e pequenos comerciantes que aportam à cidade da Ribeira Grande e aí residem pouco tempo.

A estrutura da sociedade é escravocrata – as duas principais camadas sociais são produto do tráfico negreiro (armadores e escravos); o escravo é a mão-de-obra principal, senão a única, utilizada na produção agrícola e manufacturaria; a economia da ilha depende totalmente da importação e exportação da mercadoria preciosa, que era o escravo.

A necessidade de produzir mercadorias para o trato na costa da Guiné (algodão essencialmente) obrigou os armadores a olharem com interesse para o interior da ilha de Santiago e para a ilha vizinha do Fogo e, por conseguinte, a importarem mão-de-obra para o preenchimento rural do *hinterland*, tornando, assim, os escravos nos principais povoadores do arquipélago.

Para os armadores/proprietários rurais de Santiago os rendeiros dos direitos reais no arquipélago foram parceiros e incentivadores (estimuladores) dos seus negócios. Para estes mercadores reinóis a multiplicação de navios armados na ilha de Santiago era lucrativa porque o maior embolso obtido com os direitos alfandegários

(direitos de entrada e saída de mercadorias) advinha dessa actividade. Aos rendeiros também convinha o aumento da produção agrária já que através dela era possível não só armar mais, mas também cobrar mais dízimos.

A 1ª elite da Ribeira Grande, não só controlou o poder local, mas também teve uma comunicação privilegiada com o reino, através de seus familiares, muitas vezes bem colocados na Corte, o que lhe permitia passar por cima dos próprios funcionários régios da ilha e dirigir-se directamente ao rei.

Essa elite pode ser definida como nobreza insular - uma extensão da nobreza reinol - que durante todo o período em que dominou a sociedade santiaguense deteve o poder económico e político no arquipélago e na costa da Guiné, tendo desempenhado um papel importante na instauração do império colonial português no Atlântico.

Com a mudança da conjuntura internacional (concorrência cada vez mais fortes de outras potências europeias no tráfico) e com a concessão através de contratos comerciais do monopólio do trato na costa da Guiné a grandes mercadores reinóis e castelhanos (contratadores do trato de Cabo Verde e Guiné) os armadores santiaguenses perdem na prática os privilégios de que gozavam e consequentemente as vantagens de investir no arquipélago.

Esse novo contexto desvia os investimentos reinóis na armação em Santiago e leva a não renovação da elite que sustentava esse negócio e a sua substituição, a partir dos finais do século XVI, por uma outra constituída por elementos reinóis e "filhos da terra" (brancos e mulatos). Ela já não é uma extensão da nobreza

portuguesa porque os membros desta última não se deslocam mais para estas ilhas longínquas e de alegado “clima doentio”. Fazem seus negócios com a costa africana, através de feitores e procuradores.

A 2ª elite (denominada por mim de intermédia /1580-1648) já não é nobre nem possui o poderio económico da anterior, mas continua virada para mercância. Seus membros servem de feitores, agentes e procuradores dos grandes mercadores/contratadores da Costa da Guiné e de Cabo Verde; dos comerciantes reinóis, castelhanos e das Índias de Castela; de pequenos mercadores portugueses que possuem interesses no continente fronteiro, em Santiago e em outras ilhas. Esta elite continua a controlar as terras mais produtivas da ilha como proprietária ou como administradora.

No início do século XVII os “filhos da terra” (mulatos e pretos) começam a preencher os espaços sociais anteriormente ocupados pelos reinóis, que já não encontram atractivos suficientes para virem viver neste longínquo arquipélago. A camada livre da população da ilha é constituída pelos “filhos da terra”: que compõem a elite local, são os oficiais régios dos vários escalões da administração, e representam o campesinato nascente.

A nova elite, apesar de servir de intermediária nos negócios dos grandes mercadores reinóis e castelhanos, encontra nos contratadores da Guiné e das ilhas de Cabo Verde poderosos rivais no trato com o continente fronteiro. A escala na ilha não interessa a estes grandes comerciantes, já que ao contrário dos rendeiros dos direitos reais não tem lucro algum com a passagem do tráfico pelo

arquipélago, e é lhes mais vantajoso e seguro transportar as mercadorias da costa africana directamente para o “Novo Mundo”.

Esta elite comunicava-se com o poder central através da Câmara, mas não tinha contactos privilegiados na corte, não possuía familiares poderosos em Lisboa e principalmente já não era uma ramificação da elite reinol no arquipélago. Ela não possuía o poder económico da elite anterior e por isso não tinha influência nos destinos do império. As relações da elite de Santiago com a elite reinol, com o poder central, modificam-se assim drasticamente. Isto porque composta por filhos ilegítimos da elite anterior, esta elite era indígena, mulata ou negra e por isso vista como diferente e sobretudo inferior.

As relações dessa elite com o Reino, são sobretudo comerciais, e fazem-se através de cartas de procuração, de contratos comerciais, de letras de câmbio etc...

Essa elite é, tal como a primeira, urbana e cosmopolita, ocupa o segundo escalão dos ofícios da administração régia nas ilhas, é escravocrata, proprietária ou administradora das melhores terras e controla o poder local através da Câmara.

Após a Restauração (1640), o poder central demonstra cada vez menos interesse pelas ilhas, e dirige as suas preocupações e meios para o povoamento, desenvolvimento e defesa do Brasil. Assim o arquipélago é relegado para o segundo plano da política ultramarina do Império e votado ao abandono por parte do poder central, que apesar de nomear para ele os oficiais régios superiores (governadores e ouvidores gerais), não tem um controlo verdadeiro

sobre o que se passa em Cabo Verde até a implantação da política colonial do Marques de Pombal.

A terceira elite (que irrompe na história das ilhas na segunda metade do século XVII) é endógena, mestiça — e agora, sim, podemos afirmar com toda a propriedade que se trata de uma elite cabo-verdiana; já não é urbana como as primeiras, tem os seus interesses económicos essencialmente enraizados na terra e encontra na filiação à Milícia a única forma de enobrecimento: são os ditos capitães e coronéis.

Ela é composta pelos chamados “brancos da terra” (que inclusive podem ser pretos): grandes proprietários rurais que, com o desvio definitivo do tráfico de escravos, voltaram-se para o interior da ilha, onde adquiriam rendas advindas da exploração da terra e da comercialização de produtos agrícolas e manufactureiros.

Assim de intermediária e parceira dos comerciantes estrangeiros e reinóis a elite da Ribeira Grande converte-se em abastecedora de víveres e de produtos para o trato desses mesmos comerciantes.

Esta elite controla todas as instituições do poder local em Santiago: a Câmara, a Milícia e a Misericórdia. Ocupa todos os ofícios de segundo escalão da administração régia e é proprietária de todas as terras produtivas da ilha. Foi muitas vezes nomeada para altos cargos militares e da administração (capitães mores de Cacheu, de Bissau, feitores, etc..) no continente fronteiro, desempenhando assim um papel preponderante no início da instalação e exploração colonial na costa africana.

“Os brancos da terra” detiveram as vezes, (principalmente no século XVIII) todo o poder administrativo e militar do arquipélago, através dos governos interinos da Câmara.

A sociedade santiaguense dessa época (século XVIII), ainda que possa ser considerada escravocrata, (a meu ver ela é que ainda se considera como tal) encontra-se porem em franca decadência. O número de escravos é já tão escasso que tem cada vez menos peso na produção agrícola.

O campesinato (os ditos vadios) torna-se na camada maioritária da sociedade santiaguense dessa época. Esta camada era composta principalmente de escravos forros e fugidos que sobreviviam nas encostas das montanhas, longe da cidade e da vila da Praia. Eles eram incontrolláveis pelos agentes do poder central (governadores e ouvidores) e representavam um perigo, sempre eminente, para a ordem estabelecida. Perigo esse, que era apenas atenuado pela influência económica e social que sobre eles exerciam os “brancos da terra”.

Os “vadios” foram fundamentais para sedimentação da nova elite, para a influência e certa autonomia de que “os brancos da terra” gozaram nesse período. Isto porque estes últimos eram os únicos intermediários entre essa camada maioritária, e os oficiais régios vindos do Reino, que não tinham nenhuma possibilidade de controlar essa população dispersa e indómita. Já a elite militar e terratenente emprega os vadios como rendeiros, capangas e criados da casa, tecendo, assim, laços de fidelidade e de clientela.

Estas duas camadas endógenas da ilha têm muitas vezes interesses comuns que as unem contra as políticas (principalmente comerciais)



oriundas do reino. Mas, também, as vezes elas se unem, contra a outra camada social – os escravos.

Os “brancos da terra” foram (como já dissemos) os interlocutores privilegiados do poder central, isto porque, apenas eles tinham as possibilidades de controlar os vadios e impedir uma união entre estes últimos e os escravos. União essa que poderia por em perigo a soberania portuguesa nas ilhas.

Mas, também, são eles que lideram às várias revoltas que percorreram os séculos XVII e XVIII. Os “brancos da terra” confiantes no seu poder, desafiaram várias vezes a política reinol.

Para finalizar podemos dizer que:

A sociedade santiaguense chega ao final do século XVIII, com uma população livre totalmente endógena: a elite (brancos da terra: mulatos e, as vezes, pretos) e o campesinato (os vadios). Com a consequente diminuição da importação de escravos, os poucos que restam, já são maioritariamente nascidos em Santiago.

Com o fortalecimento dessas duas camadas sociais no século XVIII – os “vadios”/campesinato e os “brancos da terra”/elite - a sociedade santiaguense adquire as forças necessárias que lhe permitiriam lançar-se na aventura de sobreviver às vicissitudes climáticas e económicas, desenvolver-se e renovar-se socialmente sem necessidade de novas levas populacionais vindas de fora.

Pode-se dizer que o século XVIII é o momento íntimo do nascimento da nação cabo-verdiana, após um período de gestação, ocorrido ao longo dos séculos anteriores<sup>2</sup>, na primeira urbe de Cabo Verde, a Cidade Velha/Ribeira Grande.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Frase poética sugerida pelo meu amigo e colega Ilídio Baleno

<sup>3</sup> Em artigos futuros darei exemplos de representantes das 3 elites santiaguenses descritas.